

## A reprogramação do PEPAC não pode ser feita à custa da Floresta

No passado dia 20 de junho de 2024, na Comissão Parlamentar de Agricultura, o Sr. Ministro da Agricultura e Pescas referiu que o objetivo da reprogramação do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC), é dar mais rendimento aos agricultores, admitindo que não está à espera “*que todas as organizações batam palmas à reprogramação do PEPAC*”.

Com efeito, numa avaliação genérica, constata-se que não é possível ficar “*a bater palmas*” a uma reprogramação do PEPAC que tem como objetivo a redução de 503M€ do orçamento das medidas de investimento, para os transferir para as medidas de superfície, medidas de apoio ao rendimento, que na sua essência são medidas que não têm um carácter produtivo.

É importante que a capacidade de investimento se mantenha no setor agrícola e florestal, pois só assim, é possível continuar a conceder a estes setores os instrumentos financeiros necessários que lhes permitam continuar a afirmar (com propriedade) que estão na linha da frente da inovação, da modernização e da otimização na utilização dos recursos.

É também preocupante a circunstância de nesta reprogramação estar referido que vai existir uma complementaridade do apoio ao investimento da agroindústria e indústria florestal com fundos de coesão, que na prática quer dizer que estes investimentos irão passar para outro programa de apoio, onde irão concorrer com outros setores de atividade, aumentando a pressão sobre o mesmo orçamento.

Apesar de não ser claro, **vimos alertar e exigir que esta reprogramação de 503M€ não venha a ser à custa das medidas de investimento florestal**, com já aconteceu no passado, e chamarmos à **atenção para o atraso que as medidas florestais do PEPAC estão a ter**, pois já se sabe que não vão abrir candidaturas em 2024. Esta situação assume contornos mais preocupantes quando se constata que desde outubro de 2023 que não abrem candidaturas, ficando o setor florestal privado, durante mais de um ano, da realização de investimentos.

Este atraso vem aumentar as nossas preocupações e dúvidas sobre a efetiva relevância política da Floresta.

Por fim, não se pode deixar de alertar, mais uma vez, para o extraordinário elevado nível de risco existente, que a cada dia se agrava, e da imperiosa necessidade de promover investimentos que promovam um aumento da sustentabilidade deste importante setor e dos territórios onde se insere.

Lisboa, 09 de julho de 2024

### Os signatários

Fenafloresta	Armando Pacheco (Presidente do Conselho de Administração)
Baladi	Pedro Gomes (Diretor e coordenador executivo)
FNAPF	Luís Damas (Presidente da direção)
Fórum Florestal	António Louro (Presidente da direção)